

Efeitos colaterais



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Depois de ultrapassado o período eleitoral, a grande expectativa reside agora na iminente decisão que será tomada pelo Tribunal Constitucional sobre medidas de grande alcance em termos orçamentais e financeiros promovidas pelo Governo. O chumbo de algumas medidas emblemáticas pode obrigar o Governo a avançar com mais impostos, cenário, aliás, já admitido pelo próprio primeiro-ministro. Impostos tendo como foco as vítimas do costume, quando o alívio tributário devia começar pelos rendimentos sobre o trabalho das pessoas. O que indigna é que perante a forte probabilidade de estas medidas não passarem do Palácio Ratton, o Governo não ter a criatividade e a imaginação de arranjar alternativas. Opta, sem qualquer margem para questionar, pelos impostos mais fáceis de arrecadar, deixando a salvo a despesa do Estado, cuja anunciada e frustrada reforma atingiu um patamar de clandestinidade absoluta. Faz imperar a política do corte cego e do incremento da carga fiscal, em detrimento de decisões de caráter estrutural, com virtuosos reflexos no futuro.

Os governos, e especialmente este Executivo de coligação, teima em não perceber que sem empresas não há impostos e sem cidadãos não há receitas. O mesmo é dizer que com mais carga fiscal, não há crescimento ou prosperidade económica que vingue. Os últimos dados da execução orçamental são como o algodão, não enganam: a me-

lhoria registada deve-se, quase em exclusividade, à arrecadação de receitas à custa dos impostos sobre o rendimento e o trabalho. Não se rejeita os méritos no combate à fraude e evasão fiscais, mas esses inegáveis progressos não explicam tudo.

Passou praticamente despercebido o alcance do aumento do IVA para 23,25 por cento, constante no Documento de Estratégia Orçamental (DEO). Para além do aumento da carga fiscal, as empresas vão arcar com despesas adicionais para atualizar os sistemas informáticos para emissão de faturas. Motivo? Os programas informáticos não estão preparados para suportar casas decimais. À primeira vista parece uma alteração simples, mas que obedece a 'upgrades' dispendiosos. Será que o Governo pensou neste autênticos efeitos colaterais? Certamente que não. É apenas um simples exemplo de como as medidas são tomadas de forma casuística, à medida das necessidades.

Desde que a fatura eletrónica conheceu a luz do dia, foram instaladas cerca de uma dezena de atualizações informáticas. Quem pagou? Os do sempre. Pouco importa o efeito devastador para as finanças das empresas destes ajustamentos obrigatórios. O importante é alimentar a insaciável e predadora máquina fiscal. Tudo em prejuízo dos contribuintes. Já para não falar das falhas informáticas (a tecnologia tem sempre costas largas) que provocam atrasos nos reembolsos e as crónicas deficiências no Portal das Finanças. É preciso dizê-lo com veemência: é o Estado que está em falta e que não cumpre a lei, como tal, deixa de ter autoridade para obrigar os seus "súbditos" a cumprirem com tudo o que lhes é exigido, ao melhor estilo de "o último a sair que apague a luz e feche a porta". ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico



António Domingues de Azevedo

Os governos, e especialmente este Executivo de coligação, teima em não perceber que sem empresas não há impostos e sem cidadãos não há receitas. ➔ P19

